

PAM HOSPITAIS – CURITIBA
Carlos Augusto Puehringer
Eng Seg Trabalho – CREA PR 53.396/D

INTRODUÇÃO

HISTÓRICO (Noções Básicas em Proteção e Defesa Civil e em Gestão de Riscos Livro Base, pág 19, Ministério da Integração Nacional, 2017):

O princípio das atividades de proteção e defesa civil no Brasil e no mundo está intimamente relacionado a questões de segurança em tempos de guerra, mais especificamente durante a recente Segunda Guerra Mundial (década de 1940), em que os danos materiais e humanos dos conflitos ultrapassaram o meio militar, atingindo gravemente as populações civis.

Com o passar do tempo e o fim da guerra, essas instituições foram sendo adaptadas à realidade das demandas de segurança e proteção das populações.

No Brasil, por exemplo, foi no final da década de 1960 – principalmente em função de grandes secas na região Nordeste, e cheias na região Sudeste – que o governo brasileiro criou o então Ministério do Interior definindo como sua área de competência as funções de, entre outras, “beneficiamento de áreas e obras de proteção contra secas e inundações; [...] de assistência às populações atingidas pelas calamidades públicas (Brasil 1967)”. A atuação desses órgãos esteve, portanto, concentrada em ações resposta e atendimento de populações afetadas, não mais por guerras, mas por calamidades públicas, como inundações, secas e epidemias.

A proposta de pensar a então nominada Defesa Civil como um processo sistêmico - sem limitar-se a ações de resposta e com o objetivo de prevenir ocorrências – veio logo em seguida, e foi sistematizada pela equipe da já criada, no governo federal, Secretaria de Defesa Civil (Decreto Federal 83.839/792).

Entre 2008 e 2011, inundações e movimentos de massa fizeram com que essa fosse a década com mais mortes decorrentes de desastres em toda a história brasileira. Santa Catarina, Alagoas, Pernambuco e Rio de Janeiro protagonizaram cenas sem precedentes. Foi por meio da 1ª Conferência Nacional de Defesa Civil e Assistência Humanitária, realizada entre 2009 e 2010, e as posteriores discussões levaram à Lei Federal 12.608, aprovada em 10 de abril de 2012. Pela primeira vez um ato legal para estabelecer as diretrizes do agora Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil – SINPDEC e da PNPDEC (Política Nacional de Proteção e Defesa Civil) (Noções Básicas em Proteção e Defesa Civil e em Gestão de Riscos Livro Base, pág 20, Ministério da Integração Nacional, 2017).

Gallasch CH, Cunha ML, Pereira LAS, Silva-Junior JS Prevenção relacionada à exposição ocupacional: COVID-19 Em 11 de março de 2020 a Organização Mundial de Saúde (OMS) caracterizou como estado de pandemia o surto mundial da doença causada pelo novo corona vírus SARS-CoV-2 denominada como COVID-19,2, o que levou os serviços de saúde a um novo cenário de ações em saúde e segurança voltada aos diversos profissionais envolvidos nos cuidados à população.

Gallasch CH, Cunha ML, Pereira LAS, Silva-Junior JS Prevenção relacionada à exposição ocupacional: COVID-19 São graves os impactos em termos de saúde pública frente a um vírus de fácil e rápida propagação na população, que leva a uma mudança abrupta nas rotinas dos serviços de saúde, observando-se um cenário de intensificação de internações hospitalares por complicações respiratórias. A superlotação das unidades de saúde, a falta de leitos para internação e de

equipamentos para cuidados, como os respiradores mecânicos, são problemas na organização do trabalho que impactam a saúde das equipes da assistência na situação de pandemia¹⁴⁻¹⁶. Além destas questões, é urgente chamar atenção para falhas na proteção dos trabalhadores, que têm sido a realidade observada em diversos países^{14,16,17}.

A Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC) estabelece que a proteção e defesa civil em todo o território nacional abrange as ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação. O conjunto dessas ações é um processo contínuo, integrado, permanente e interdependente, configurando uma gestão integrada em proteção e defesa civil. (Noções Básicas em Proteção e Defesa Civil e em Gestão de Riscos Livro Base, pág 22, Ministério da Integração Nacional, 2017).

CONCEITOS (Noções Básicas em Proteção e Defesa Civil e em Gestão de Riscos Livro Base, pág 23, Ministério da Integração Nacional, 2017):

PREVENÇÃO

Medidas e atividades prioritárias, anteriores à ocorrência do desastre, destinadas a evitar ou reduzir a instalação de novos riscos de desastre.

MITIGAÇÃO Medidas e atividades imediatamente adotadas para reduzir ou evitar as consequências do risco de desastre.

PREPARAÇÃO

Medidas e atividades, anteriores à ocorrência do desastre, destinadas a otimizar as ações de resposta e minimizar os danos e as perdas decorrentes do desastre.

RESPOSTA

Medidas emergenciais, realizadas durante ou após o desastre, que visam ao socorro e à assistência da população atingida e ao retorno dos serviços essenciais.

RECUPERAÇÃO

Medidas desenvolvidas após o desastre para retornar à situação de normalidade, que abrangem a reconstrução de infraestrutura danificada ou destruída, e a reabilitação do meio ambiente e da economia, visando ao bem-estar social.

Finalmente, resiliência: capacidade de um sistema, comunidade ou sociedade exposta a um desastre em resistir, absorver, adaptar e se recuperar de seus efeitos de modo oportuno e eficaz, o que inclui a preservação e restauração de suas estruturas e funções básicas. (Eird)

Histórico nacional de ocorrência de desastres

No Brasil, as ocorrências de desastres, em especial os de origem natural, coincidem com a deterioração das condições de vida nas cidades, onde, em menos de um século, houve um crescimento significativo de sua população e inversão no tipo de ocupação do território, já que uma maioria que vivia no meio rural passou a viver no meio urbano. Essa realidade pode ser verificada com o aumentado número de ocorrências, danos e prejuízos. (Noções Básicas em Proteção e Defesa Civil e em Gestão de Riscos Livro Base, pág 24, Ministério da Integração Nacional, 2017)

O Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres (CEPED), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que processou cerca de 39.000 registros e produziu em 2012 o Atlas Brasileiro de Desastres Naturais. Segundo o Atlas, os desastres que mais afetam o território brasileiro são: seca e estiagem; inundação brusca; inundação gradual; vendaval e/ou ciclone e granizo. Esses desastres de origem natural têm incidência regional diferenciada:

- Na Região Norte, a maior frequência de desastres concentra-se no Estado do Pará, mais especificamente na porção Centro-Norte;
- No Nordeste, a mancha de recorrência engloba a maior parte dos Estados da região, com exceção do Maranhão e do Oeste baiano;

- A Região Centro-Oeste é a que apresenta áreas com menos frequência, os desastres se concentram apenas no Noroeste do Estado do Mato Grosso;
- No Sudeste do país, o Norte mineiro, o Norte do Rio de Janeiro e, praticamente, todo o Estado do Espírito Santo apresentam-se como áreas de maior frequência de desastres;
- No Sul brasileiro, as maiores frequências abrangem o Sudoeste do Rio Grande do Sul e, praticamente, toda a extensão territorial do Estado de Santa Catarina. (Noções Básicas em Proteção e Defesa Civil e em Gestão de Riscos Livro Base, pág 25, Ministério da Integração Nacional, 2017)

As sete metas do Marco de Sendai são:

(Noções Básicas em Proteção e Defesa Civil e em Gestão de Riscos Livro Base, pág 35, Ministério da Integração Nacional, 2017)

1. Reduzir consideravelmente, até 2030, a mortalidade global causada por desastres, tendo como meta uma redução da taxa de mortalidade por 100.000 habitantes entre 2020-2030 comparativamente a 2005-2015.
2. Reduzir consideravelmente, até 2030, o número de pessoas afetadas em todo o mundo tendo como meta uma redução da taxa global por 100.000 habitantes entre 2020-2030 comparativamente a 2005-2015.
3. Reduzir, até 2030, perdas econômicas causadas diretamente por desastres em relação ao produto interno bruto (PIB) mundial.
4. Reduzir consideravelmente, até 2030, os danos causados por desastres em relação a infraestrutura básica e interrupção de serviços essenciais, entre eles serviços de saúde e educação, incluindo o desenvolvimento de sua resiliência.
5. Ampliar consideravelmente, até 2020, o número de países com estratégias nacionais e locais para redução do risco de desastres.
6. Ampliar consideravelmente, até 2030, a cooperação internacional destinada aos países em desenvolvimento por meio de apoio adequado e sustentável para complementar suas ações nacionais de implantação deste quadro.
7. Ampliar consideravelmente, até 2030, a disponibilidade e o acesso das pessoas a sistemas de alerta multiameaças, a informações e avaliações sobre risco de desastres.

As quatro novas prioridades de ação são:

1. Compreensão do risco de desastres;
2. Fortalecimento da governança para gerenciar o risco de desastres;
3. Investimento na redução do risco de desastres para a resiliência;
4. Melhoria na preparação para desastres com foco em resposta efetiva e na máxima “Reconstruir Melhor que Antes” aplicável às ações de recuperação, reabilitação e reconstrução.

A Política Nacional de Proteção e Defesa Civil – PNPDEC preconiza uma abordagem sistêmica para a gestão de risco, dentro das ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação. Como abordagem sistêmica deve-se considerar que as ações possuem relação entre si, e jamais ocorrem de maneira isolada. Ou seja, mesmo em momentos de recuperação, por exemplo, a perspectiva da prevenção deve estar presente.

BAIL, Rosângela de França. No Brasil, a cultura voltada aos programas de saúde, segurança e prevenção em primeiros socorros está ligada somente aos profissionais das áreas da saúde (médicos, bombeiros, enfermeiros, socorristas, técnicos e brigadistas). Quanto à população em geral, são escassos procedimentos emergenciais. Contudo, nos países desenvolvidos, treinamentos fazem parte da formação de crianças nas escolas (LIBERAL, 2005).

BAIL, Rosângela de França. O projeto PAM foi criado, em 1978, pelo corpo de bombeiros na cidade de Santos em São Paulo. Tal projeto possui uma proposta similar ao DMA, pois tem o objetivo de formar equipes especializadas em socorro, resgate, combate a incêndio, vazamentos de produtos

perigosos e auxílios aos feridos.

BAIL, Rosângela de França. O PAM é uma instituição sem fins lucrativos, que visa, o estabelecimento e a manutenção dos relacionamentos interpessoais, e interação dos integrantes, com as autoridades federais, estaduais e municipais responsáveis pela resposta às emergências.

BAIL, Rosângela de França. O PAM tem por finalidade a atuação, de forma conjunta, de seus integrantes, na resposta a emergências nas instalações das empresas integrantes e respectiva área de atuação, mediante a utilização de recursos humanos e materiais de cada empresa ou instituição integrante (BRASIL, 2018).

HISTÓRICO PAM HOSPITAIS CURITIBA

Dentro deste conceito foi preparado o PAM HOSPITAIS na Cidade de Curitiba a partir de 2019.

Iniciada em setembro de 2019 a revisão do Plano de Atendimento de Emergências do Hospital São Vicente de Curitiba (PAE), tratou-se dos pontos relevantes sendo eles: definição e redimensionamento das rotas de abandono de áreas, definição dos pontos de encontro externos à edificação, treinamento interno dos brigadistas de emergência (conforme NPT 17 partes 1 e 2, CBPR), treinamento interno do pessoal assistencial com base na Metodologia START, adaptada pela Secretaria de Saúde de SP, à retirada de pacientes em seus mais diversos níveis de comprometimento.

Quase ao ponto de finalizar os treinamentos práticos, surgiu uma questão importante: em caso de emergência e necessidade de retirada de todas as pessoas de dentro da edificação, o PAE se encerrava com estas nos pontos de encontro nos pátios de estacionamento e áreas livres. Esta situação não solucionava a sequência necessária, ou seja, abandonada a edificação, para onde seriam levados pacientes, acompanhantes e funcionários?

Com este questionamento em mente, em 04 de outubro de 2019 realizou-se o primeiro contato com a Defesa Civil de Curitiba (Coord. Nelson, GM Alípio), sendo realizada a primeira de muitas reuniões que evoluíram para o PAM-HOSP.

Neste primeiro momento, apresentando à equipe da Defesa Civil de Curitiba a necessidade de um local para condução do público retirado do Hospital São Vicente, e que se fizesse constar no PAE da Instituição, a solução apresentada foi a utilização de logradouro público Praça Osório, a 500m do Hospital, com apoio da Guarda Civil Metropolitana e a instalação de uma Hospital de Campanha.

Para a execução deste deslocamento e montagem de Hospital de Campanha seria necessária a coordenação de inteligência e gerenciamento de crises e emergências, apoiada no Centro de Coordenação da Defesa Civil de Curitiba.

Vencida mais esta etapa do PAE do São Vicente, outra questão se apresentou: instalados e atendidos no Hospital de Campanha, para quais outros hospitais seriam transferidos os pacientes?

A resposta a este questionamento foi apresentada na congregação da rede hospitalar da cidade em uma rede de apoio centralizada na Coordenação de Defesa Civil. Desta maneira, a rede de hospitais apoiaria um ao outro em momento de crise, sob a batuta da coordenação de inteligência e gerenciamento de crise em âmbito municipal. Assim instituiu-se o PAM.

Em 13 de novembro de 2019, uma reunião sediada pelo Hospital São Vicente, em que foram convidados membros das equipes de SESMT (Serviço Especializado em Segurança e Medicina do

Trabalho) dos diversos Hospitais de Curitiba fez-se o lançamento da ideia do PAM HOSP. Enquanto as instituições de saúde movimentavam-se internamente para a adesão ao PAM, a Coordenação de Defesa Civil levava a ideia para o Secretário Municipal de Segurança Social e Trânsito e para as lideranças municipais.

O encontro seguinte, em 11 de dezembro de 2019 realizou-se no Salão de Atos do Pq Barigui, para lançamento oficial do PAM HOSP através de decreto municipal.

A evolução natural do PAM HOSP já planejada é o apoio ao atendimento à eventos de Múltiplas Vítimas (AMUV) que possam ocorrer em Curitiba e região.

Seguindo a evolução do funcionamento do PAM HOSP, da Coordenação de Inteligência de Crise da Defesa Civil, concretizando-se o apoio a eventos AMUV, pode-se propor a evolução e preparação de profissionais para atendimento especializado QBRN.